

Algumas reflexões sobre o uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil em um estudo de caso¹

Some reflections on the use of the Quality Indicators in Early Childhood Education in a case study

Algunas reflexiones sobre el uso de los Indicadores de Calidad en la Educación Infantil: un estudio de caso

Jaqueline dos Santos Oliveira¹

¹Instituto de Biociências – (UNESP) SP – Rio Claro – Brasil Email jaquesantosoliveira@gmail.com



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Resumo

O presente artigo apresenta alguns resultados de pesquisa de mestrado cujo objetivo foi caracterizar e analisar o Programa Bolsa Creche e as condições de oferta em instituições de educação infantil municipal e privada concessionária. Procura-se aqui apresentar uma reflexão/análise sobre o uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil como instrumento de coleta de dados, em duas instituições integrantes do programa e em uma instituição municipal, apontando seus limites e possibilidades. A abordagem metodológica utilizada para a realização do estudo foi qualitativa, por encontrar neste processo um conjunto de instrumentos investigativos adequados à análise do objeto a ser estudado. Para coleta de dados foram realizadas observações, entrevistas, análise documental e avaliação por meio dos Indicadores. Os resultados permitem constatar que os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, constituem-se um importante instrumento de avaliação e planejamento, no entanto, observa-se como desafios: o uso do instrumento, a mobilização da comunidade escolar, o tempo separado para avaliação e o compromisso e esforço coletivo na melhoria da qualidade das instituições de educação infantil.

Palavras-chave: educação infantil; indicadores de qualidade; avaliação.

¹ Uma primeira versão deste trabalho, sob o título *Limites e possibilidades do uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil: relato de uma experiência* foi apresentado no III Congresso Internacional de Avaliação, realizado pela Unisinos, em outubro de 2013, na FAURGS (Gramado-RS).

Abstract

This article presents some results from a research carried out in the Education Master, which the goal is to characterize and analyze the Nursery Scholarship Program and the supply conditions in the municipal and private partnership educational institutions. It is an attempt to present a reflection / analysis on the use of the Quality Indicators in Early Childhood Education as a tool for a data collection in two institutions participating in the program and a municipal institution, pointing out their limits and possibilities. The methodological approach used for this study was qualitative, for finding a set of investigative tools suited to the analysis of the object being studied. For data collection were taken observations, interviews, document analysis and ratings by the means of indicators. The results indicate that the Quality Indicators in Early Childhood Education constitute an important tool for assessment and planning, however, it is observed as challenges: the use of the instrument itself, the mobilization of the school community, the time for rating, and the commitment and the collective effort for improving the quality of early childhood institutions.

Keywords: *early childhood education; quality indicators; rating.*

Resumen

*El presente artículo presenta algunos resultados de investigación de maestría cuyo objetivo fue caracterizar y analizar el Programa **Bolsa Creche**² y las condiciones de oferta en instituciones de educación infantil, municipal y privada concesionaria. Se pretende presentar una reflexión/análisis sobre el uso de los Indicadores de la Calidad en la Educación Infantil, en dos instituciones integrantes del programa y en una institución municipal. El abordaje metodológico utilizado para la realización del estudio fue cualitativo, por encontrar en ese proceso un conjunto de instrumentos investigativos adecuados para el análisis del objeto a ser estudiado. Para la recolecta de datos se realizaron observaciones, entrevistas, análisis documental y evaluación por medio de Indicadores. Los resultados permiten constatar que, los Indicadores de la Calidad en la Educación Infantil constituyen un importante instrumento de evaluación y planeamiento; sin embargo, se observan como desafíos: el uso del instrumento, la movilización de la comunidad escolar, el tiempo separado para evaluación, y el compromiso y esfuerzo colectivo en la mejoría de la calidad de las instituciones de educación infantil.*

Palabras clave: *Educación infantil. Indicadores de calidad. Evaluación.*

² Programa **Bolsa Creche (Auxílio Guarderária)**: es un programa del gobierno federal en el que una madre con hijos de hasta 3 años que, debiendo volver a trabajar, no consigue plaza en una guardería pública; por tanto, recibe una ayuda monetaria equivalente a un tercio del salario mínimo para auxiliarla con los gastos respectivos a la guardería.

1. Introdução

A educação é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 6º. Essa lei define a educação infantil como direito da criança, opção da família e dever do Estado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB/96) reafirma esse direito e define a educação infantil como primeira etapa da educação básica.

Cabral e Giorgi (2012) explicam que é obrigação do Estado garantir o direito à educação, inclusive quando o assunto é qualidade. De acordo com os autores: “O debate sobre a questão da qualidade não é novo; o tema, aliado ao acesso e ao fluxo da educação escolar formal, mesmo sendo abordado muitas vezes de forma marginal, sempre esteve presente na literatura educacional” (CABRAL, GIORGI, 2012, p.117).

A qualidade educacional é um direito garantido pelo artigo 206 da CF/88, no inciso VII *garantia de padrão de qualidade* (BRASIL, 1988). Cabral e Giorgi (2012, p.117) observam que: “Nesse sentido, o dispositivo legal supranarrado determina que a educação em geral, em todos os seus níveis e para todos, deve ter ‘padrão de qualidade’”.

Ainda na CF/88, o art. 214 se refere à criação do plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, bem como à integração das ações do poder público. Entre outros resultados, essa medida deveria conduzir à *melhoria da qualidade do ensino*, conforme o inciso III.

Na LDB/96 a referência à *garantia de padrão de qualidade* é encontrada no artigo 3º, reafirmando o artigo 206 da CF/88. O artigo 4º da LDB/96, que se refere ao direito à educação e do dever de educar faz referência também ao padrão de qualidade. No inciso IX encontra-se: “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 1996). A questão da qualidade educacional é tratada ainda nos artigos 70º e 75º d LDB/96.

A questão da qualidade educacional, seja do ensino fundamental, da educação infantil, do ensino médio e superior, tem ganhado centralidade no campo da pesquisa e da política educacional. No que concerne à educação infantil, afirmam Dahlberg, Moss e Pence (2003, p.12) que: “Como aumentou a quantidade de serviço nas instituições dedicadas à primeira infância, aumentou também a atenção dada à questão da qualidade”. Segundo eles “Em toda parte, pessoas estão buscando respostas para as mesmas perguntas: O que é qualidade? Como medimos qualidade? Como garantimos qualidade?” (DAHLBERG, MOSS, PENCE, 2003, p.12).

Segundo Correa (2003), nos documentos legais, a falta de especificação sobre o que seria qualidade, como se manifestaria e por quais critérios poderia se pautar é um dos problemas mais recorrentes.

Por ser um conceito polissêmico e dependente do processo histórico, político, social e cultural da sociedade, defini-lo não é tarefa fácil, como muitos estudiosos já apontaram Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro/ Vol. 25, n.50/ p. 483-501/ Set.-Dez. 2015.

(NETO, ROSENBERG, 1995; CORREA, 2003; DOURADO, OLIVEIRA, SANTOS, 2007; LIMA, SALES, 2010; BRAZ, GRANDO, PAVAN, 2011). Para Zabalza (1998, p.32):

A qualidade, pelo menos no que se refere às escolas, não é tanto um repertório de traços que se possuem, mas sim algo que vai sendo alcançado. A qualidade é algo dinâmico (por isso faz-se mais alusão às condições culturais das escolas do que aos seus elementos estruturais), algo que se constrói dia-a-dia e de maneira permanente.

Dourado, Oliveira e Santos (2007) observam que as legislações de vários países estabelecem como dever do Estado, a definição de padrões (mínimos) de qualidade. Ao analisarem os documentos de alguns organismos internacionais como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico (OCDE), Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), esses mesmos autores indicam que:

A concepção de qualidade que aparece nos documentos dos organismos, em que pese as variações, apresentam alguns pontos em comum, como por exemplo a vinculação do conceito de qualidade a medição, rendimento e a indicação da necessidade da instituição de programas de avaliação da aprendizagem, além de apontar algumas condições básicas para o alcance da qualidade pretendida (DOURADO, OLIVEIRA, SANTOS, 2007, p.11).

Segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007), tanto para a OCDE quanto para Unesco, a qualidade da educação se articula com a avaliação, uma vez que pode ser definida com base nos resultados educativos expressos no desempenho dos estudantes. No entanto, os autores ressaltam que verificar os níveis de desempenho dos estudantes não é suficiente se não houver análises mais profundas que ajudem explicar esses resultados.

Os autores afirmam que:

Compreender a realidade dos sistemas, as necessidades de cada etapa, ciclo ou modalidade de formação e as condições objetivas de cada país certamente implica na definição do patamar base para as políticas de financiamento, bem como, as prioridades no que concerne a garantia do acesso com qualidade (DOURADO, OLIVEIRA E SANTOS, 2007, p.22).

Para Neto e Rosenberg (1995, p.16):

Os indicadores usualmente utilizados para acompanhar o desempenho de um sistema educacional estão relacionados com: a) o acesso; b) a progressão; c) as características das escolas, como a formação dos professores, a situação do prédio escolar, os materiais didáticos disponíveis e d) os investimentos financeiros com educação.

Segundo Neto e Rosenberg (1995), não existe consenso entre os especialistas sobre quais indicadores devem ser usados para avaliar a qualidade da educação: “Enquanto uns preferem indicadores de produtividade econômica, outros preferem indicadores sociais” (NETO, ROSENBERG, 1995, p.17). Para os autores “[...] a avaliação deve ser feita ao longo do processo, observando certos pontos considerados críticos, através de indicadores. A

definição desses indicadores depende do que se entende por qualidade — o que remete a discussão aos objetivos do sistema educacional” (NETO, ROSENBERG, 1995, p. 26).

Dourado, Oliveira e Santos (2007, p.24-25) entendem que:

A definição da Qualidade da Educação é uma tarefa complexa porque envolve contextos, atores e situações diversificadas. As pesquisas e estudos, sobretudo qualitativos, indicam como aspectos importantes dessa definição: a estrutura e as características da escola, em especial quanto aos projetos desenvolvidos; o ambiente educativo e/ou clima organizacional; o tipo e as condições de gestão; a gestão da prática pedagógica; os espaços coletivos de decisão; o projeto político-pedagógico da escola; a participação e integração da comunidade escolar; a visão de qualidade dos agentes escolares; a avaliação da aprendizagem e do trabalho escolar realizado; a formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, a dimensão do acesso, permanência e sucesso na escola, dentre outros.

No âmbito da educação infantil, o Ministério da Educação, lançou no ano de 2009 o documento: Indicadores da Qualidade na Educação Infantil com o objetivo de contribuir com as instituições de educação infantil na realização de processos de autoavaliação da qualidade educacional.

Entende-se aqui que, ao discutir qualidade da educação e qualidade da educação infantil, está se discutindo também sobre as finalidades da educação, com essa perspectiva, perpassa-se também pela questão da avaliação, ao entendê-la como “[...] essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação” (HOFFMANN, 2005, p. 15) e ainda que: “Avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões.” (HOFFMANN, 2005, p. 17).

Freitas, et al., (2009, p.10) postulam

[...] a existência de três níveis integrados de avaliação da qualidade de ensino: avaliação em larga escala em redes de ensino (realizada no país, estado ou município); avaliação institucional da escola (feita em cada escola pelo seu coletivo); e a avaliação da aprendizagem em sala de aula, sob responsabilidade do professor.

Para os autores, no processo pedagógico a avaliação está justaposta aos objetivos, pois “[...] são os objetivos que dão base para a construção da avaliação. [...] os objetivos e a avaliação orientam todo o processo que segue” (FREITAS, et al., 2009, p.15). Para Cabrito (2009, p.186-187) “[...] a partir da avaliação das situações é possível detectar problemas e encontrar soluções. Não ‘a solução’, mas alternativas que permitam transformar o real, que não é, nem nunca foi, unidimensional [...] no sentido de o tornar mais justo e equitativo”. Para o autor (2009, p.187): o “[...] acto de avaliar, de compreender a qualidade em educação só faz sentido se tiver um objectivo formativo, se contribuir para encontrar problemas e sugerir possíveis respostas adequadas a cada situação particular”.

Nesse sentido, a pesquisa de mestrado desenvolvida analisou as condições de oferta de três instituições de educação infantil, utilizando o documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. A pesquisa foi desenvolvida sob abordagem qualitativa, por encontrar neste processo um conjunto de instrumentos investigativos adequados à análise do objeto a

ser estudado. Para a coleta de dados foram realizadas observações, entrevistas, análise documental e aplicação dos Indicadores.

Nesta pesquisa, optou-se por utilizar os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, descritos no documento homônimo, como instrumento de coleta de dados, pois se acredita que eles permitem analisar e refletir sobre as condições de oferta das instituições educacionais públicas e privadas concessionárias. Outra justificativa para a escolha é o fato de que “[...] a experiência já desenvolvida até agora demonstra que seu uso representa um significativo incentivo à melhoria da qualidade da educação infantil” (BRASIL, 2009, p.9), além de se tratar de “[...] um instrumento flexível que pode ser usado de acordo com a criatividade e a experiência de cada instituição de educação infantil” (BRASIL, 2009, p.19). Nos limites deste trabalho, procura-se apresentar uma reflexão/análise sobre o uso deste instrumento de avaliação.

2. Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil

O documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil elaborado sob a coordenação conjunta do MEC (por meio da Secretaria da Educação Básica), da Ação Educativa, da Fundação Orsa, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Unicef, oferece um instrumento para a autoavaliação da qualidade das instituições de educação infantil, realizada por meio de um processo participativo e aberto a toda comunidade (BRASIL, 2009).

Entende-se que os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil constituem um instrumento de avaliação institucional. Como sublinham Freitas et al. (2009, p.36) a avaliação institucional é um processo de apropriação da escola pelos seus atores, considerando que: “O apropriar-se dos problemas da escola *inclui* um apropriar-se para demandar do Estado as condições necessárias ao funcionamento dela”. Os autores assinalam que:

Com a avaliação institucional o que se espera, portanto, é que o coletivo da escola localize seus problemas, suas contradições; reflita sobre eles e estruture situações de melhoria ou superação, demandando condições do poder público, mas, ao mesmo tempo, comprometendo-se com melhorias concretas na escola (FREITAS et al., 2009, p.38).

Os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil trabalham nesta mesma perspectiva, como se pode observar:

[O] documento foi construído com o objetivo de auxiliar as equipes que atuam na educação infantil, juntamente com famílias e pessoas da comunidade, a participar de processos de autoavaliação da qualidade de creches e pré-escolas que tenham um potencial transformador. Pretende, assim, ser um instrumento que ajude os coletivos – equipes e comunidade – das instituições de educação infantil a encontrar seu próprio caminho na direção de práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática (BRASIL, 2009, p.14).

A primeira parte do documento apresenta a educação infantil como um direito de todas às crianças pequenas e que o atendimento nesta etapa deve ser de boa qualidade. Discute sobre o que deveria ser uma instituição de educação infantil de qualidade, e quais os critérios para avaliar a qualidade dessa instituição. O documento, “[...] sintetizou os principais fundamentos para o monitoramento da qualidade da educação infantil no documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006)” (BRASIL, 2009), e objetiva traduzir e detalhar esses parâmetros.

Segundo o documento Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, ao compreender seus pontos fortes e fracos, “[...] a instituição de educação infantil pode intervir para melhorar sua qualidade, de acordo com suas condições, definindo suas prioridades e traçando um caminho a seguir na construção de um trabalho pedagógico e social significativo” (BRASIL, 2009, p.15).

O documento resultou de trabalho colaborativo que envolveu diversos grupos em todo o país, onde foram definidas sete dimensões fundamentais que devem ser consideradas para a reflexão coletiva sobre a qualidade de uma instituição de educação infantil. As dimensões definidas foram as seguintes: Planejamento Institucional, Multiplicidade de Experiências e Linguagens, Interações, Promoção da Saúde, Espaços, Materiais e Mobiliários, Formação e Condições de Trabalho das Professoras e Demais Profissionais, Cooperação e Troca com as Famílias e Participação na Rede de Proteção Social.

O documento aponta que para avaliar essas dimensões, foram propostos sinalizadores da qualidade de aspectos importantes da realidade da educação infantil: os indicadores.

Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. Por exemplo, para saber se uma pessoa está doente, usamos vários indicadores: febre, dor, desânimo. Para saber se a economia do país vai bem, usamos como indicadores a inflação e a taxa de juros. A variação dos indicadores nos possibilita constatar mudanças (a febre que baixou significa que a pessoa está melhorando; a inflação mais baixa no último ano diz que a economia está melhorando). Aqui, os indicadores apresentam a qualidade da instituição de educação infantil em relação a importantes elementos de sua realidade: as dimensões (BRASIL, 2009, p. 15).

As dimensões anteriormente indicadas podem ser constatadas por meio de indicadores. Os indicadores, por sua vez, são avaliados após o grupo responder a uma série de perguntas. “As respostas a essas perguntas permitem à comunidade avaliar a qualidade da instituição de educação infantil quanto àquele indicador” (BRASIL, 2009, p.19).

O documento sugere que as pessoas atribuam cores as perguntas para facilitar a avaliação. “As cores simbolizam a avaliação que é feita: se a situação é boa, coloca-se cor verde; se é média, cor amarela; se é ruim, cor vermelha” (BRASIL, 2009, p.19). As perguntas presentes nos indicadores referem-se às ações, atitudes ou situações que mostram como está a instituição de educação infantil em relação ao tema abordado pelo indicador. As cores atribuídas às perguntas possibilitarão aos grupos ponderar sobre qual cor (verde, amarelo ou vermelho) refletirá a situação da instituição de educação infantil em relação a cada indicador.

A segunda parte do documento apresenta indicações/ recomendações sobre como utilizar os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, uma vez que “Não existe uma

forma única para o uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil” (BRASIL, 2009, p.19), isso porque, é considerado um instrumento flexível, como foi explicitado anteriormente, contudo algumas sugestões são apresentadas.

Após todo o processo avaliativo, o documento sugere que seja feito um Plano de Ação, esse plano ajudará a definir e organizar as atividades que devem ser colocadas em prática para alcançar os objetivos, decidir quem serão os responsáveis por essas atividades e a prever o tempo necessário para sua execução. O documento explicita que o planejamento exige acompanhamento e avaliação, e é preciso estar atento, corrigindo o que está errado e observando o que pode mudar para melhor.

A terceira e última parte do documento traz as sete dimensões que serão avaliadas através dos indicadores. No início de cada dimensão há uma reflexão sobre o tema em questão.

Na pesquisa, optou-se por adequar a aplicação dos Indicadores a realidade de cada instituição dada à flexibilidade do instrumento e por usá-lo como meio de coleta de dados. Por este motivo avaliou-se as dimensões, entretanto, não foram realizadas as etapas finais do processo de avaliação, como a plenária final e acompanhamento das ações para as dificuldades encontradas. Esclarece-se também que se sugeriu às instituições que realizassem essas etapas, tendo em vista sua importância no processo avaliativo, com vistas a melhorar as condições de oferta e atendimento das instituições de educação infantil.

3. Investigação de campo: os usos dos Indicadores da Qualidade

O município de Limeira, selecionado para o desenvolvimento da pesquisa, está entre os 30 municípios paulistas estudados em trabalho anterior (OLIVEIRA, 2010) em que se investigou os diferentes arranjos institucionais entre o Poder Público municipal e instituições privadas para a oferta de vagas na educação infantil. Neste trabalho, observou-se que alguns assuntos adjacentes ao tema central apresentavam a possibilidade, se não a necessidade, de um aprofundamento investigativo e teórico. Um desses assuntos se relacionava à questão das condições de oferta na educação infantil em instituições municipais e privadas concessionárias, tendo em vista que os municípios estudados não fizeram referência a esta questão quando questionados sobre a justificativa para opção do convênio/ parceria.

Segundo Campos, Rosemberg e Ferreira (2001) grande parte do atendimento às crianças de 0 a 6 anos se consolidou por meio de convênios entre os inúmeros órgãos públicos responsáveis pelo repasse de recursos e estabelecimentos privados filantrópicos, comunitários e/ ou confessionais. De acordo com Campos, Fullgraf e Wiggers (2006), ainda existe sérios problemas de qualidade nos diversos tipos de atendimento (creches e pré-escolas) em diferentes regiões do país. Esses fatores suscitaram o interesse em pesquisar as condições de oferta em instituições de educação infantil.

Limeira adota o Programa Bolsa Creche, que foi instituído em 2007, por meio da Lei nº 3.649, de 05 de novembro de 2003 e consiste na subvenção de vagas em escolas de Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro/ Vol. 25, n.50/ p. 483-501/ Set.-Dez. 2015.

educação infantil da rede particular de ensino, constituindo uma parceria entre o poder público municipal e o setor privado. As escolas privadas integrantes do Programa são chamadas concessionárias, e recebem um valor *per capita*³ mensal. Elas são de propriedade privada e têm gestão privada e fins lucrativos, mas são financiadas pelo poder público estatal.

Para realização da pesquisa, contatou-se a Secretaria Municipal de Educação (SME), que depois de vários contratempos, autorizou a realização da pesquisa nas instituições que aceitassem participar.

A escolha das instituições concessionárias para o desenvolvimento da pesquisa não foi uma tarefa fácil. Decidiu-se realizar a pesquisa em uma escola concessionária que só atendesse pelo Programa Bolsa Creche – isto é, em que todos os alunos atendidos fossem integrantes do programa – e em uma escola concessionária de atendimento misto – isto é, com crianças integrantes do Programa e crianças oriundas de famílias que pagam pelo atendimento. O município contava, no ano de coleta de dados (2012), com 15 instituições concessionárias - integrantes do Programa. Após esse levantamento, agendaram-se as visitas, algumas escolas não aceitaram receber a pesquisadora. Na busca por instituições que aceitassem participar da pesquisa, várias foram as negativas das instituições visitadas.

Depois de muita busca, encontrou-se uma instituição concessionária que aceitou participar da pesquisa. Posteriormente, depois de mais alguns dias de visitas e insistência, outra instituição concessionária aceitou participar da pesquisa. Por fim, contataram-se as instituições municipais de educação infantil e uma aceitou participar.

As instituições de educação infantil serão assim identificadas: 1. Escola de Educação Infantil Particular I (EEIP I); 2. Escola de Educação Infantil Particular II (EEIP II); 3. Escola de Educação Infantil Municipal (EEIM). O quadro abaixo traz o número de funcionários e de crianças atendidas em cada instituição, possibilitando uma visão ampla de cada escola.

³ Expressão latina que significa para cada cabeça – por ou para cada indivíduo. No caso, do Programa ‘Bolsa Creche’ o valor *per capita* (por criança matriculada) é repassado para a escola e não para família.

Quadro 1: Número de funcionários e número de alunos atendidos nas instituições

	EEIP I	EEIP II	EEIM
Nº de alunos	54	110	150
Nº de professores	01 (uma) professora (pedagoga) e uma professora de educação física	03 (três) professoras (pedagogas) e dois professores de educação física	09 (nove) professores incluindo professores especialistas de Arte e Educação Física e Itinerante (que trabalham com alunos portadores de necessidades educacionais especiais (PNEE) e demais alunos que necessitam de intervenção contínua e individual)
Nº de monitores	06 (seis) monitoras	10 (dez) monitoras	22 (vinte e duas) monitoras
Nº de auxiliares	01 (uma) auxiliar de limpeza	01 (uma) auxiliar de limpeza	06 (seis) auxiliares de limpeza;
Nº de cozinheiras	02 (duas) cozinheiras	01 (uma) cozinheira	04 (quatro) cozinheiras (sendo 03 (três) merendeiras e uma lactarista).
Equipe gestora	A equipe gestora é formada pelos dois mantenedores da instituição e por uma diretora	A equipe gestora da escola é formada pela mantenedora que atua também como diretora, uma coordenadora pedagógica e uma coordenadora administrativa	A equipe gestora da escola é formada pela diretora, pela vice-diretora e pela coordenadora pedagógica.
Total de funcionários	13	18	44

Fonte: a autora com base nos dados coletados

As escolas apresentam diferenças tanto em relação ao número de funcionários, quanto em relação ao número de crianças.

Iniciou-se a pesquisa na EEIP I com a observação dos espaços, rotinas, atividades, das questões pedagógicas e de cuidado, das relações adulto/criança, criança/criança e adulto/adulto. O direcionamento do olhar durante as observações foi pautado pelas dimensões dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil anteriormente citado. Na EEIP II e na EEIM, seguiu-se o mesmo padrão.

A observação da prática pedagógica em sala de aula e das demais atividades desenvolvidas nas instituições, bem como dos espaços e da organização, foi fundamental para que se confrontassem os dados da avaliação com a realidade do cotidiano escolar.

Os pedidos de autorização para fazer a pesquisa nas instituições, eram seguidos da apresentação dos objetivos do estudo, do que seria realizado e da apresentação da proposta de autoavaliação da instituição. Esse último item foi o de aceitação mais difícil para as instituições particulares, pois exigiria um tempo, que os mantenedores afirmaram não ter. Porém, depois de ser explicado diversas vezes a importância dessa avaliação eles concordaram.

Portanto, o primeiro obstáculo para a realização da autoavaliação foi o tempo. Assim, em razão das condições reais de cada instituição, a dinâmica da organização para responder às questões dos Indicadores assumiu diferentes formas.

As avaliações foram realizadas pela comunidade escolar de cada instituição. A pesquisadora participou da organização e tirou dúvidas, mas as profissionais responderam às questões. A EEIP II foi a instituição, entre as três pesquisadas, que demonstrou maior resistência a proposta de avaliação.

A pesquisadora conversou de forma sucinta durante as observações com as professoras, monitoras e demais funcionários sobre a proposta, além de deixar com as coordenadores materiais sobre os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, seus objetivos e suas dimensões, entre outras informações, para serem entregues aos profissionais. Pôde-se constatar que infelizmente as coordenadoras não repassaram o material, de modo que os profissionais só sabiam o pouco que foi explicado pela pesquisadora em conversas rápidas.

O quadro abaixo traz o número de profissionais participantes da avaliação em cada escola, ressalta-se que foi proposto as instituições que o processo de autoavaliação por meio dos Indicadores fosse participativo e aberto a toda comunidade, mas não foi o que aconteceu.

Quadro 2: Participantes do processo de avaliação nas instituições

Instituições	Participantes	Quantidade (total)
EEIP I	Professora, monitoras e auxiliares (merendeiras).	7
EEIP II	Professoras, monitoras e coordenadora pedagógica.	7
EEIM	Professoras, monitoras, coordenadora pedagógica, vice-diretora, assistente social, auxiliares (limpeza)	23

Fonte: a autora com base nos dados coletados

Na EEIP I, a avaliação ocorreu em duas partes, pois, segundo o mantenedor, a instituição não disporia de tempo suficiente para fazer tudo no mesmo dia. A escola não tem um horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), o que facilitaria a avaliação, e como o objetivo era contribuir com a instituição, e não prejudicar o andamento suas atividades, concordou-se em realizar a avaliação em dois momentos diferentes, ambos em dias letivos. Na primeira parte, participaram a professora, as duas funcionárias da cozinha e duas

monitoras, uma das quais atua também como o que se pode chamar de coordenadora pedagógica. Elas fizeram uma escala: as que participaram no primeiro dia não participaram no segundo, pois não podiam deixar as crianças sozinhas.

Nessa primeira parte, foram respondidas as questões das quatro primeiras dimensões. Para que as colegas pudessem participar, as outras monitoras ficaram responsáveis pelas turmas delas, e o mantenedor da instituição ajudou-as com as crianças. Isso ocorreu no horário de sono dos alunos, o momento considerado mais tranquilo para as monitoras se ausentarem e as outras ficarem com duas turmas. A monitora/coordenadora leu as questões em voz alta, e algumas acompanharam a leitura no material disponibilizado pela pesquisadora, enquanto outras apenas ouviam e ajudavam com as respostas. Quando tinham dúvida, discutiam no grupo.

A segunda etapa da avaliação ocorreu em outro dia, apenas com a participação das duas monitoras que não participaram na primeira parte. Entretanto, depois de respondidas as questões, a monitora/coordenadora conferiu as respostas dadas pelas monitoras e a professora conferiu às respostas dadas a dimensão de número seis: Formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais.

Na Escola de Educação Infantil Municipal, a direção reservou um tempo para a avaliação durante o Processo de Aprendizagem Contínuo (PAC). Trata-se de uma reunião que ocorre uma vez por mês tanto nas escolas municipais quanto nas concessionárias, para a formação continuada de toda a equipe escolar (professoras, monitoras e auxiliares gerais) sob a coordenação da coordenadora pedagógica, diretora e assistente social de cada escola.

A pesquisadora teve tempo para apresentar ao grupo a pesquisa, os Indicadores da Qualidade e o objetivo da autoavaliação, inclusive com uma apresentação em *Power Point*. Depois disso, a equipe se dividiu em cinco grupos para responder às questões das sete dimensões. Dois grupos ficaram responsáveis por duas dimensões cada um, e os outros, por uma dimensão. Houve ampla participação e discussão antes de responderem as questões, as profissionais tiravam dúvidas entre elas em relação às questões.

Na EPEI II, após serem apresentados o documento: Indicadores da qualidade na educação infantil, os objetivos e a dinâmica da avaliação, a diretora aceitou realizá-la. Várias vezes marcou-se a data para fazer a avaliação, mas sempre acontecia algum contratempo e a avaliação era cancelada. Assim, em uma das visitas, a coordenadora pedagógica solicitou as questões e disse que responderiam em outro dia, sem a presença da pesquisadora, condição que foi aceita. Entretanto, quando ela informou que a avaliação seria feita apenas pela coordenadora e pela diretora/mantenedora, achou-se conveniente retomar a conversa para explicar a importância da participação de toda a comunidade escolar no processo avaliativo. Posteriormente, a mantenedora e a coordenadora concordaram em incluir as professoras e as monitoras das etapas I e II (alunos de 4 e 5 anos).

A avaliação ocorreu em um dia de PAC, mas não foi reservado um tempo para isso (na verdade, a avaliação só seria nesse dia se sobrasse um tempo entre as atividades de rotina). Após a palestra da manhã, restaram 30 minutos, de modo que as professoras foram avisadas de que responderiam a algumas questões, mas elas também usariam esse tempo para colocar os cadernos de registro das atividades dos alunos em ordem.

A coordenadora começou lendo as questões, enquanto as professoras escreviam, recortavam e colavam, sem prestar muita atenção ao que estava sendo lido. A própria coordenadora foi respondendo, e ora uma ou outra professora concordava ou tirava dúvida em relação a alguma questão.

Em dado momento, a coordenadora precisou sair e disse para as professoras continuarem respondendo, mas como estavam todas ocupadas, sugeriram que a pesquisadora fosse lendo. Assim como aconteceu com a coordenadora prestaram pouca atenção e responderam tudo afirmativamente. Houve apenas dois momentos em que pararam o que estavam fazendo para prestar mais atenção: quando as questões se referiam à educação especial, já que a instituição não recebe nenhuma criança com necessidades educacionais especiais, e quando uma questão abordou os critérios para matrícula, que são definidos pela secretaria.

Os dados das avaliações apresentados pelas instituições e as observações permitem afirmar que: a EEIP II sinalizou todas as questões e indicadores com a cor verde, o que significa que, para suas profissionais, todas as ações, atitudes e situações existem e estão consolidadas. Nesta instituição houve pouca participação, e as professoras e monitoras participaram porque a mantenedora/ diretora mandou. A gestão da instituição está centrada na mantenedora/ diretora e na coordenadora e a escola não tem uma cultura de avaliação coletiva do trabalho desenvolvido, o que dificultou a avaliação.

Na EEIP I, a maioria das respostas foi pontuada com a cor verde, mas a escola apresentou maior sensibilidade e reflexão/ discussão na hora de responder as questões, assim como a EEIP II a EEIP I não tem uma cultura de avaliação coletiva, mas entenderam um pouco melhor a proposta dos Indicadores.

A EEIM foi à instituição que teve maior participação, o tempo e a organização da discussão foram importantes para que os profissionais se posicionassem frente às questões e respondessem de forma mais coerente. A escola tem uma gestão mais participativa e uma cultura de avaliação – reflexão-ação do trabalho desenvolvido, tanto que já desenvolviam um plano de ações bem parecido com o apresentado pelos Indicadores da Qualidade da Educação Infantil.

Na pesquisa se observou que as profissionais da escola municipal têm clareza do que elas mesmas devem melhorar e do que é responsabilidade do Estado. E como ficam as escolas particulares concessionárias? A quem seus profissionais podem levar as demandas por melhoria? Durante as observações comentaram a necessidade de mudanças, mas na hora da avaliação não se posicionaram.

Um ponto em comum das avaliações das três instituições é que não houve a participação dos pais, alunos, conselheiros e comunidade em geral. Entende-se que para que haja esta participação seria necessário desenvolver na escola um projeto contínuo de mobilização e sensibilização dos profissionais das escolas e estendido a comunidade escolar, para que todos tenham claro que a qualidade educacional é um compromisso e responsabilidade de todos.

A constituição de uma cultura de avaliação, que vise localizar os problemas, refletir e estruturar situações de melhoria e superação (DOURADO, OLIVEIRA, SANTOS, 2007;

CABRITO, 2009) seria muito importante em casos como os apresentados. A autoavaliação por meio dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil pode ser o primeiro passo para que as escolas possam intervir e melhorar a qualidade da educação, mas isso deve ser um processo contínuo.

4. Considerações finais

Pelos dados apresentados, constata-se que os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil, constituem-se um importante instrumento de avaliação e planejamento, no entanto, observa-se alguns desafios para o seu uso: a mobilização da comunidade escolar, o tempo separado para sua realização, e o compromisso de esforço coletivo na melhoria da qualidade do atendimento das instituições de educação infantil. Complementa-se que o instrumento foi importante ainda para a coleta de dados.

A EEIP II, como apontado foi à instituição que mais resistiu à proposta de avaliação. Concorde-se com Freitas et al. (2009) que as escolas não devem se opor a avaliação, mas tomá-la como uma forma de compreender os problemas e buscar soluções, repensando o significado da participação dos diferentes atores no cotidiano e no destino das escolas.

Quanto à participação dos envolvidos no processo educacional, têm-se algumas considerações: o nível de participação dos envolvidos no processo educacional em cada escola acontece de forma diferenciada, na EEIM existe um trabalho mais coletivo e nas duas escolas concessionárias há uma centralidade nas tomadas de decisões. Destaca-se que nas escolas privadas a possibilidade de participação com efetivo olhar dos profissionais da educação para as dificuldades da escola fica complicada, uma vez que envolve a possibilidade de represálias e dispensa do funcionário.

A proposta de autoavaliação dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil é muito interessante, mas poucas instituições da área a conhecem. Na pesquisa, quando a proposta foi apresentada às instituições, as escolas privadas disseram não ter tempo para desenvolver tal atividade e houve um intenso processo de convencimento para que os responsáveis por elas aceitassem responder as questões. Quando isso foi feito, houve a participação de alguns profissionais, mas não de todo o grupo escolar.

Referências

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em 05 de setembro de 2012.

BRASIL, **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009. 64p.
Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro/ Vol. 25, n.50/ p. 483-501/ Set.-Dez. 2015.

BRAZ, M.M; GRANDO, M. S; PAVAN, R. **A qualidade na educação infantil**: um olhar a partir das políticas nacionais. ANAIS: Colóquio Internacional de Educação e Seminário de Pesquisa sobre Indicadores de Qualidade do Ensino Fundamental, 2011. Disponível em <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/coloquiointernacional/article/view/1180/550>> Acesso em: 06 de setembro de 2012.

CABRAL, K. M.; GIORGI, C. A. G. O direito à qualidade da Educação Básica no Brasil: uma análise da legislação pertinente e das definições pedagógicas necessárias para uma demanda judicial. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 116-128, jan./abr. 2012.

CABRITO, G. B. Avaliar a Qualidade Em Educação: Avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê? **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 178-200, maio/ago. 2009

CAMPOS, M. M.; FÜLLGRAF, J.; WIGGERS, V. A Qualidade da Educação Infantil Brasileira: Alguns Resultados de Pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n. 127, jan./abr. 2006, p. 87-128.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. FERREIRA, I. M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 3ed. São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 2001.

CORREA, B. C. Considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 85-112, jul.2003.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. **Qualidade na educação da Primeira Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DOURADO, L. F; OLIVEIRA, J. F; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. MEC/INEP, 2007.

FREITAS, L. C.; et al.**Avaliação Educacional**: caminhando pela contramão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Fronteiras Educacionais).

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação**: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 35ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LIMA, M. C. B; SALES, L. C. **A qualidade na educação infantil**: desvelando as suas faces. In: VI Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2010, Teresina. ANAIS: VI Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2010.

LIMEIRA, **Lei nº 3.649**, de 05 de novembro de 2003. Dispõe sobre a prestação de assistência à educação de crianças com até cinco anos no município de Limeira e dá outras providências.

NETO, J. B. G; ROSENBERG, L. Indicadores de qualidade do ensino e seu papel no sistema nacional de avaliação. **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n.66, abr./jun. p. 13-28, 1995.

OLIVEIRA, J. S. **Oferta educacional nas creches e parcerias público-privado nos municípios paulistas de 100.000 a 500.000 habitantes.** 143f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

ZABALZA, M. **Qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

Recebido em: 20/10/2013

Revisado em: 29/04/2014

Aprovado para publicação em: 15/05/2014

Publicado em: 22/12/2015